

RELATÓRIO Nº , DE 2010

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 77, de 2010 (Mensagem nº 109, de 11/3/2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **MARIO VILALVA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa.*

RELATOR: Senador **HERÁCLITO FORTES**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor **MARIO VILALVA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado, do qual se extraem as informações que se seguem.

Nascido no Rio de Janeiro em 28 de junho de 1953, filho de Milton Castanheda Vilalva e Carolina Carmen Bardaro Vilalva, o Sr. **MARIO VILALVA** concluiu o Cursos de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco em 1975 e ingressou na chancelaria no posto de Terceiro Secretário em fevereiro de 1976. Ascendeu a Conselheiro em 1989, por merecimento. Diplomou-se no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco com a tese “A política externa da África do Sul: do isolamento à convivência. Reflexões sobre as relações com o Brasil”, em 1993. Foi então promovido a Ministro de Segunda Classe em 1994 e a Ministro de Primeira Classe em 2001, sempre por merecimento.

Desempenhou numerosas funções na Chancelaria e na Administração pública federal, entre as quais se destacam a de Coordenador do Gabinete do Ministro de Estado, em 1993; Introdutor Diplomático do Gabinete do Ministro de Estado, em 1995; Subchefe do Gabinete do Ministro de Estado, em 1996; Secretário de Assuntos Internacionais e Secretário Executivo da Comissão de Financiamento Externo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 1999; e Diretor-Geral do Departamento de Promoção Comercial, em 2000.

No Exterior, ocupou, entre outros, os cargos de Conselheiro na Embaixada em Lisboa, em 1991; Cônsul-Geral em Boston, em 1996; e Embaixador em Santiago, em 2006.

O diplomata indicado é portador de numerosas condecorações, que merecem ser registradas:

- 1978 – Ordem Francisco de Miranda, Venezuela, Cavaleiro;
- 1995 – Ordem Bernardo O’Higgins, Chile, Grande Oficial;
- 1995 – Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador;
- 1995 – Ordem do Mérito, Itália, Grande Oficial;
- 1995 – Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grande Oficial;
- 1995 – Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador;
- 1995 – Ordem Nacional do Mérito, Alemanha, Grande Oficial;
- 1996 – Ordem Nacional do Mérito, França, Comendador;
- 2002 – Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz;
- 2002 – Ordem do Mérito, Polônia, Oficial;
- 2003 – Ordem de Manuel Amador Guerrero, Panamá, Grande Oficial;
- 2003 – Ordem do Mérito Civil, Espanha, Grã-Cruz;
- 2003 – Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grã-Cruz;
- 2003 – Ordem Real do Mérito, Noruega, Grande Oficial;

- 2003 – Ordem do Cedro, Líbano, Comendador;
- 2004 – Ordem El Sol, Peru, Grã-Cruz;
- 2004 – Ordem de Maio, Argentina, Grã-Cruz; e
- 2006 – Ordem Legión d’Honneur, França, Oficial.

Quanto à República Portuguesa, importa registrar neste relatório, para subsidiar acessoriamente a sabatina pela Comissão, algumas informações básicas sobre aquele país e ressaltar alguns aspectos sobre o relacionamento bilateral com o Brasil.

Segundo avaliação do Ministério das Relações Exteriores preparada em fevereiro de 2010 e disponibilizada ao Senado Federal, o relacionamento bilateral é maduro e há muito consolidado. O instrumento basilar dessas relações, o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, firmado em 2000, estabelece, entre outros dispositivos, a realização de cúpulas anuais dos dois Governos. O Brasil – depois apenas da Espanha – tornou-se um dos países do mundo com os quais mantém Portugal reuniões de cúpula anuais, em nível de Chefes de Estado ou de Governo. A nona e última cimeira realizou-se em 28 de outubro de 2008, em Salvador. A próxima terá lugar em 17 de maio de 2010, em Lisboa.

As relações luso-brasileiras atravessam período de excelência. Os últimos anos marcaram uma transformação em seu perfil, acentuando-se o volume e o valor do fluxo comercial recíproco e do fluxo de investimentos portugueses para o Brasil.

Alguns pontos merecem destaque nesse relacionamento bilateral. Em primeiro lugar, ressalte-se a importância que Portugal reserva ao Brasil em sua política externa. Em 2005, no discurso em que apresentou seu programa de governo à Assembléia da República, o Primeiro-Ministro José Sócrates apontou três prioridades para a ação exterior de Portugal: a opção europeia, a vocação atlântica e a Lusofonia. No mundo lusófono, agregado na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Brasil é o mais tradicional e principal parceiro de Portugal.

Durante a III Reunião da Comissão Permanente Bilateral, realizada em setembro de 2008, Brasil e Portugal comprometeram-se a resolver questões pontuais sobre legislação de comércio e investimentos nos dois países e reconheceram a prioridade dos temas de investimento, energia e

turismo. O Brasil propôs a criação de esquema de colaboração migratória nos moldes dos estabelecidos com Espanha, França, Reino Unido e Irlanda. Os dois países também comprometeram-se a criar um mecanismo de consultas bilaterais sobre nacionais no exterior, circulação de pessoas e outros temas consulares, assinado posteriormente, em outubro de 2008.

A imigração é questão de crescente importância na agenda bilateral. Do lado português, reflete as transformações econômicas que se sucederam nos últimos vinte anos, depois da integração de Portugal à Europa Comunitária (1986). Exportador líquido de mão-de-obra e importador de capitais até os anos 1980, Portugal é hoje um país que exporta capitais e importa força de trabalho, de diferentes quadrantes do mundo. Segundo estimativas da Embaixada e dos consulados do Brasil em Portugal, os brasileiros formam a maior comunidade estrangeira residente naquele país.

O problema da imigração irregular levou Brasil e Portugal a firmarem, em 2003, o Acordo de Contratação Recíproca de Nacionais (Acordo Lula), que vigorou até 2008 e permitiu a regularização da situação migratória de cerca de 20 mil brasileiros em Portugal. Em 2007, entrou em vigor a nova Lei de Imigração portuguesa, que contribuiu para tornar mais célere o processo de regularização de imigrantes.

Na pauta multilateral, tem havido convergência de posições entre os dois países. Portugal apóia a incorporação do Brasil ao Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro permanente.

Portugal possui uma economia aberta, fortemente apoiada no setor exportador. Seu principal parceiro comercial é a União Européia, que responde por cerca de 75% de seu comércio exterior. As principais importações portuguesas são constituídas de automóveis, combustíveis, máquinas e químicos. As exportações concentram-se em automóveis, máquinas, vestuário, calçados, produtos plásticos e cortiça.

As trocas comerciais Brasil-Portugal somaram US\$ 1,71 bilhão em 2009, a corrente de comércio mais baixa dos últimos quatro anos. A balança comercial continua sendo amplamente favorável ao Brasil, com saldo superior a US\$ 840 milhões. Em 2009, o Brasil exportou para Portugal o equivalente a US\$ 1,28 bilhão, número que traduz uma queda de 25% em comparação com 2008. As exportações portuguesas para o mercado brasileiro

recuaram 27% em 2009, para US\$ 433 milhões, após terem atingido, em 2008, o recorde de US\$ 598 milhões.

Cerca de 35% das exportações do Brasil para Portugal são compostas por combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais (sobretudo petróleo). Sementes, frutos oleaginosos e grãos (majoritariamente soja) correspondem a 21% do total. A categoria ferro fundido, ferro e aço alcança 7,1%.

A despeito do reduzido peso de Portugal no comércio externo brasileiro, a corrente de comércio entre os dois países aumentou consideravelmente nos últimos anos, quase triplicando entre 2003 (US\$ 771,8 milhões) e 2007 (US\$ 1,804 bilhão, recorde histórico). O superávit comercial brasileiro é característica marcante do relacionamento comercial bilateral.

Dos produtos brasileiros importados por Portugal, destaca-se o item “óleos brutos de petróleo”, que alcançou a cifra de US\$ 356,7 milhões em 2005, respondendo 35,2% do total. Sucederam-se ainda nessa lista, em 2005, a soja em grão, carne de frango, carne bovina, café cru em grão e fumo em folhas.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão, 22 de junho de 2010.

Senador Eduardo Azeredo, Presidente

Senador Heráclito Fortes, Relator

